ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SANIDADE AGROPECUÁRIA – CONESA

1 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da
2 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), realizou-se Reunião Extraordinária
3 do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (CONESA), presidida pelo senhor Norberto
4 Anacleto Ortigara - Presidente do Conselho e Secretário de Estado da Agricultura e do
5 Abastecimento, com as seguintes presenças :Marcos Brambilla (FETAEP) Natalino Avance
6 de Souza (IDR-PR), Ronei Volpi (FUNDEPEC/Pr e FAEP), Alexandre Amorim Monteiro
7 (OCEPAR), Daniela Arita (SESA), Paulo Sérgio Candido (SINDIAVIPAR), Cesar A. Pian,
8 Juliana Bianchini e Cleverson de Freitas (MAPA), Otamir César Martins, Rafael Gonçalves
9 Dias, Adalberto Valiati e Pauline Sousa (ADAPAR), Angelo Setim Neto (SINDICARNE), Jacir
10 Dariva (APS), Major Ronaldo Carlos Goulart (PMPR), Major Daniel Lorenzetto (CEDEC). O
11 Presidente declara aberta a reunião e informa que, “conforme acordado, faríamos reuniões
12 periódicas de atualização das informações sobre a Influenza aviária H5N1, então esta
13 reunião é para nivelamento de informações”. Informou que foram detectados os primeiros
14 focos de Influenza Aviária no Paraná, em aves silvestres, com resultados positivos
15 divulgados nos dias 23 e 24 de junho. O Secretário passou a palavra para o Diretor
16 Presidente da ADAPAR, Otamir Cesar Martins, que recomendou a todos que divulgassem a
17 necessidade de reforço nas ações de biossegurança nas granjas comerciais, informou que
18 a ADAPAR vai publicar uma portaria para suspender por 90 dias a emissão da Guia de
19 Trânsito Animal (GTA) para aves do Litoral, impedindo a saída dessas aves para outras
20 regiões do Estado. Informou, ainda, que farão uma reunião com o Comitê Estadual de
21 Sanidade Avícola, buscando reforçar a prevenção com as ações de biossegurança nas
22 granjas comerciais. O Secretário passou a palavra para o Gerente de Saúde Animal da
23 ADAPAR, Rafael Gonçalves Dias, que informou que há, até a presente data, 459 focos
24 confirmados de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), na América do Sul, sendo
25 que no Brasil são 48 casos, em aves silvestres nos seguintes Estados: Espírito Santo (26),
26 Rio de Janeiro (13), Rio Grande do Sul (01), São Paulo (03), Bahia (3) e Paraná (02). O
27 primeiro foco, no Paraná, foi detectado no município de Antonina em uma ave silvestre, da
28 espécie trinta-réis-real (*Thalasseus maximus*). A amostra foi colhida em 21/06, com resultado
29 positivo para IAAP, no dia 23 de junho. A notificação foi recebida pelo IAT. A ADAPAR
30 realizou vistorias nas propriedades. Num raio de até 10 km foram vistoriadas 20
31 propriedades, todas com avicultura de subsistência, com animais sem sintomatologia. O
32 segundo foco foi detectado no município de Pontal do Paraná, também numa ave silvestre,
33 da mesma espécie, trinta-réis-real, com amostra colhida em 22/06, com resultado positivo
34 para IAAP, em 24/06. A notificação foi recebida pelo Campus Pontal do Paraná da UFPR. A
35 ADAPAR realizou vistoria, em duas propriedades, uma num raio de 3km e outra num raio de
36 10 km, nenhum animal com sintomatologia foi encontrado. As propriedades vistoriadas são
37 de avicultura de subsistência. Rafael citou que há mais uma suspeita de foco na Ilha do Mel
38 de uma ave silvestre, da mesma espécie que as anteriores, aguardando resultado para o dia
39 27 de junho, foi realizada fiscalização em uma propriedade no entorno, com aves sem
40 sintomas. As três amostras foram analisadas por um Laboratório de Campinas. O Secretário
41 Ortigara informou que a ADAPAR coletou, desde o ano passado entre 15.000 e 20.000
42 amostras para vigilância de Influenza Aviária, ressaltou que os todos os protocolos estão
43 sendo seguidos e que “estamos em emergência sanitária desde o mês de maio deste ano”.
44 A representante da SESA, Daniele Arita, informou que a Secretaria da Saúde está
45 monitorando as pessoas que tiveram contato com os animais que testaram positivo. O
46 superintendente do MAPA, no Paraná, Cleverson de Freitas, informou que o Governo
47 Federal, por meio do MAPA, confirma a disponibilização de R\$ 200 milhões para ampliar as
48 ações de monitoramento, vigilância e prevenção, a fim de evitar que a doença entre nas

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SANIDADE
AGROPECUÁRIA – CONESA

49 granjas comerciais. Rafael reforçou que embora a Influenza Aviária seja uma zoonose, a
50 contaminação de uma eventual ave infectada para humanos não é tão simples de acontecer.
51 “É uma doença ocupacional, mas o contato tem que ser muito intenso para as pessoas se
52 contaminarem, que não há transmissão pelo consumo de carne de frango e ovos”. O
53 presidente do IDR-PR, Natalino Avance de Souza, colocou a estrutura do Instituto à
54 disposição para apoiar as ações de prevenção e controle da IAAP. Rafael frisou que todos os
55 focos no Brasil foram em aves silvestres, que a ocorrência da IAAP, em população de aves
56 silvestres, não compromete a condição sanitária do Brasil e do Paraná, de país como livre de
57 Influenza Aviária, portanto não há restrições ao comércio internacional de produtos avícolas
58 paranaenses, até o momento. Mais notificações são aguardadas no litoral, ressaltou, Rafael.
59 Informou, ainda, que o litoral do Estado do Paraná não possui avicultura comercial
60 expressiva. Secretário Ortigara incluiu na pauta da Reunião a demanda do SINDIAVIPAR,
61 contida no ofício nº 191/2023, encaminhado ao CONESA, no qual solicitam a discussão da
62 alteração da Lei Federal 569, que contempla a indenização para animais sacrificados ou
63 abatidos por motivos das doenças elencadas, e não contempla a indenização ao
64 proprietário, de animais comprovadamente mortos em decorrência das mesmas doenças,
65 anteriormente à determinação de sacrifício ou abate sanitário. O SINDIAVIPAR solicita ao
66 CONESA que seja apoiado e aprovado nessa reunião, e em todas as instâncias superiores,
67 que a anotação, pelo agente de defesa agropecuária oficial, do quantitativo de aves
68 existentes na propriedade no dia do início da investigação presencial de suspeita de
69 influenza aviária de alta patogenicidade e, caso a suspeita se confirme, seja considerado
70 como referência para a Comissão de Avaliação, da categoria e número de aves a serem
71 abatidas, quando do lançamento no processo de avaliação para indenização. Secretário
72 Ortigara ressaltou “o SINDIAVIPAR pede apoio do CONESA e da SEAB para alterar essa lei,
73 de modo que não só os animais sacrificados sejam objeto de indenização e, sim, todos os
74 animais mortos em decorrência da Influenza Aviária”. No ofício encaminhado, justificam a
75 solicitação pelo fato de poderem ocorrer intervalos de dias entre a suspeita, confirmação,
76 finalização dos trabalhos da Comissão de Avaliação, os preparativos necessários e o efetivo
77 abate sanitário, sabendo-se que a IAAP pode ocorrer com alta mortalidade de aves em
78 poucos dias. Ressaltam no ofício que a confiança dos proprietários de que o prejuízo seria
79 compensado, significaria uma motivação para a vigilância constante e comunicação ao
80 serviço veterinário oficial. O representante do FUNDEPEC, Ronei Volpi, reforçou que no
81 caso de foco em um aviário, o que deve ser considerado é o diagnóstico, “se as aves
82 morreram ou foram sacrificadas não interessa”. Foi informado que a Associação Brasileira
83 de Proteína Animal (ABPA), está trabalhando junto ao Governo Federal para alteração dessa
84 Lei. A médica veterinária do MAPA, Juliana Bianchini, informou que há uma Comissão de
85 Avaliação para indenizações. Essa Comissão é composta por um representante oficial do
86 Governo Federal, um representante oficial do Governo do Estado e um representante oficial
87 da iniciativa privada. Juliana ressaltou a necessidade de alteração da Resolução Estadual nº
88 53 de 17/07/2020, que define os critérios e procedimentos para indenização ao proprietário
89 de animal abatido em decorrência de ações de defesa sanitária. Há necessidade de
90 ampliação dos itens da avicultura que serão indenizados “não são só os animais, precisa
91 incluir ovos, pintainhos, matrizes postura, entre outros”. Juliana sugeriu que os preços
92 pesquisados pelo DERAL sejam referências para os valores a serem indenizados. Secretário
93 Ortigara solicitou apoio da iniciativa privada para levantamento dos custos dos novos itens.
94 O representante do SINDIAVIPAR, Paulo Sérgio Cândido, informou que estão levantando
95 junto às empresas associadas os custos de todos os itens passíveis de indenizações. O
96 Presidente Ortigara esclareceu que existem dois Fundos: o FUNASAVI que é um Fundo do

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SANIDADE
AGROPECUÁRIA – CONESA

97 SINDIAVIPAR, que pode ser utilizado para custeio das ações, como enterrio dos animais
98 sacrificados ou mortos, o FUNDEPEC, que pode ser utilizado para indenizações, mas que
99 isso seria num segundo momento e, que caso haja necessidade de indenizações, serão
100 utilizados recursos do Governo Federal. Ortigara informou que o Governador Ratinho Junior
101 solicitou mobilização total neste momento, dos órgãos públicos, ADAPAR, SESA, SEAB, IAT,
102 Ministério Público, Defesa Civil, SESP, Prefeituras, setor privado, enfim todos mobilizados,
103 trabalhando para reforçar os cuidados, chamando a atenção dos avicultores para as
104 questões de prevenção. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Vera da
105 Rocha Zardo, Chefe de Gabinete da SEAB, redigi esta ATA.